



REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO ENTRE OS (AS) JOVENS DOS CURSOS AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA EM GUANAMBI/BA

Nivaldo Moreira Carvalho¹

Introdução

O presente texto apresenta resultados da pesquisa “Ensino Médio Integrado, representações de gênero e perspectivas profissionais: um estudo com jovens dos cursos Agropecuária e Agroindústria em Guanambi/BA”. Este trabalho buscou analisar as representações de gênero entre os (as) jovens dos cursos Agropecuária e Agroindústria do IF Baiano - Campus Guanambi. O trabalho de campo foi realizado durante o segundo semestre de 2008 e como instrumentos de coleta de dados optamos pela realização de grupos de discussão (WELLER, 2006) e registros etnográficos (MATOS, 2006). Os resultados aqui apresentados referem-se às análises de quatro grupos de discussão com jovens só do terceiro e primeiro ano dos respectivos cursos, sendo dois grupos femininos: “Esperança” e “Liberdade”; e dois grupos masculinos: “Vitória” e “União”. Para as análises utilizamos o método documentário que tem sua origem na Sociologia do Conhecimento de Karl Mannheim e foi adaptado para a pesquisa qualitativa, ou seja, para a análise de dados tais como grupos de discussão, entrevistas narrativas, imagens e filmes por Ralf Bohnsack (BOHNSACK e WELLER, 2006; WELLER, 2005).

Os resultados nos mostram que apesar de destacarem a importância da escola para atingirem seus objetivos, enfatizam um tratamento diferenciado em relação ao gênero dentre os (as) jovens na Instituição, entre o curso de Agroindústria e o de Agropecuária e até mesmo por alguns funcionários para com os (as) jovens. Dessa forma, algumas proposições devem ser feitas no intuito de melhorar as relações de gênero no âmbito da Instituição.

Gênero ou sexo?

Historicamente, homens e mulheres fazem parte de uma cultura onde as disputas são constantes entre dominados e dominantes, pois são muitas as formas que as pessoas inventaram para exercer a dominação sobre as outras. A luta de uma classe para manter os seus privilégios, e o

¹ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB) e Professor do IF Baiano – Campus Guanambi. E-mail: nivacba@yahoo.com.br.



embate de outra que almeja condições dignas e justas de vida estão a cada dia mais acirrados. Essa situação perpassa, inclusive, pela sexualidade, que tem um papel importantíssimo nas relações de poder na sociedade, no interior da qual as relações de gênero adquirem uma força preponderante. Dessa forma, a dominação masculina em nossa cultura tem uma relação intrínseca com as relações de poder, com as questões de autoafirmação e dominação. Além do mais, não é difícil visualizar em nosso meio a supremacia masculina em detrimento da feminina nos mais variados setores da sociedade. No entanto, devemos ter o cuidado de não tomarmos como naturais alguns conceitos que são construídos histórica e socialmente.

A interpretação mais comum e errônea é a de que gênero se refere às características biológicas, e isso interfere diretamente nas relações práticas em forma de preconceito. Dessa forma, os termos gênero e sexo são confundidos o tempo todo. Segundo Yannoulas (2001, p. 62), “a palavra sexo provém do latim ‘sexus’ e refere-se à condição orgânica (anatômico-fisiológica), que distingue o macho da fêmea: seu poder de distinção reside na estabilidade, através do tempo”. Já “a categoria de gênero provém do latim ‘genus’ e refere-se ao código de conduta que rege a organização social das relações entre homens e mulheres”. O primeiro termo diz respeito às características biológicas que homens e mulheres apresentam em seus corpos, órgãos e hormônios; o segundo refere-se às características social e culturalmente construídas, delineando representações de masculinidade e feminilidade.

Para Weeks “nos dois últimos séculos, ‘sexo’ adquiriu um sentido mais preciso: ele se refere às diferenças anatômicas entre homens e mulheres, a corpos marcadamente diferenciados e ao que nos divide e não ao que nos une” (2001, p. 42). A partir desse conceito de sexo, poderíamos remeter às questões naturais e biológicas do corpo como uma justificativa para fazer com que se sobressaia a superioridade masculina construída historicamente, prevalecendo as características de força física como uma forma de dominação. Dessa forma, “sexo” será usado “como um termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, que vemos como diferenciamos homens e mulheres” (WEEKS, 2001, p. 43). Devemos, no entanto, nos atentar para as questões ideológicas que perpassam por esses conceitos, pois a partir dessas diferenciações, destacam-se tratamentos sociais diferenciados entre homens e mulheres, os quais serão descritos por gênero (WEEKS, 2001).

De acordo com Scott (1995, p. 72), a primeira aparição do termo gênero aconteceu entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Segundo Piscitelli (2002, p.8) o conceito de gênero foi elaborado em um



momento específico da história das teorias sociais sobre a “diferença sexual”, quando, no século XIX, a ideia de “direitos iguais à cidadania” impulsionou uma mobilização feminista no Continente Europeu, na América do Norte e em outros países. Em meados do século XX, em vários lugares, as mulheres conseguiram romper com algumas das expressões de desigualdades, como o direito ao voto, à propriedade e à educação. Deste modo, as diversas correntes do pensamento feminista concordam com a existência da submissão feminina em relação ao homem. Entretanto, questionam o caráter natural que é dado a ela. Dessa forma, procuraram elaborar estratégias e diversas teorias para tentar explicar o porquê dessa subordinação originando assim um sujeito político coletivo – mulher (PISCITELLI, 2002).

Entretanto, queremos deixar bem claro que quando nos referimos a gênero, não estamos focalizando apenas a “categoria mulher”, já que assim como quem estuda as diferenças de classes não poderia se remeter apenas aos camponeses, não podemos também nos remeter somente às mulheres, partindo do pressuposto que gênero é uma categoria analítica, no qual mulheres e homens são definidos em termos recíprocos, e não se poderia compreender qualquer um dos sexos separadamente (SCOTT, 1995, p.72).

Segundo Piscitelli (2002, p.16), embora o termo gênero já tenha sido utilizado, foi a partir da conceitualização de Rubin, em seu ensaio “O tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo”, publicado em 1975 que começou a ser difundido com maior força. Dessa forma, Rubin definiu o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, ou seja, a cultura se sobrepõe à natureza.

Todavia, só a partir dos anos de 1980 é que se observa uma substituição gradativa do termo mulher pelo termo gênero, como identificador de uma determinada área de estudos no país, e isso favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso do termo sexo e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino. A passagem do termo mulher e feminismo para o termo “gênero” favoreceram a aceitação dessa área de pesquisa, uma vez que despolitizou uma problemática, já que tendo surgido no movimento feminista, mobilizava preconceitos (HEILBORN E SORJ, 1999, p.187).

Para Scott (1995, p.75), o termo “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que mulheres, parecendo se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando da política, uma vez que não implica uma tomada de posição, nem designa a parte lesada, pois inclui as mulheres sem nomeá-las, dando assim uma legitimidade acadêmica aos estudos feministas nos anos



80. De acordo com Scott, o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita as explicações biológicas e passa a indicar “construções culturais”, isto é, a construção social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres, se referindo exclusivamente às identidades subjetivas de homens e mulheres (1995, p.75).

Nesse contexto as mulheres se encontram lutando para que possam ser reconhecidas em uma sociedade justa e igualitária. No entanto, convivem o tempo todo com uma série de problemas em uma sociedade que se encontra dividida em classes. Dessa forma, observamos na atualidade as constantes referências e debates sobre as relações de gênero, nos estudos e pesquisas acadêmicas, seminários, simpósios, nos discursos de vários campos profissionais, e até mesmo no governo e na mídia. Muito embora os estudos sobre a juventude feminina não constitua objeto de interesse de muitos pesquisadores, o que nos lembra Weller em seu artigo “‘invisibilidade’ feminina nas (Sub)culturas juvenis”, no qual questiona a ausência de estudos sobre jovens-adolescentes. Acrescenta que este desinteresse parece perpetuar-se para a mídia e para a imprensa popular, uma vez que se concentram na divulgação de incidentes espetaculares e de caráter desviante, principalmente de grupos juvenis do sexo masculino (WELLER, 2005b).

Assim, percebemos que as discriminações entre homens e mulheres estão tão enraizadas que, muitas vezes eles(as) próprios(as) (homens e mulheres) se veem inconscientemente nestes patamares a ponto de concordar tranquilamente com essa situação. Sendo assim, a educação, e mais especificamente a escolar, tem um papel importantíssimo para incrementarmos um modelo de sociedade que seja capaz de transformar, procurando das mais variadas formas se distanciar do determinismo e de uma sociedade machista e desigual, entendendo que certas diferenças não se tornem razão para implementar desigualdades e discriminações.

O que dizem os (as) jovens dos cursos Técnico em Agropecuária e Agroindústria em Guanambi/BA

As diferenças entre os sexos são percebidas principalmente pelos grupos femininos, que sofrem mais com a discriminação estabelecida na Instituição. Essas discriminações são apontadas pelas jovens do grupo Esperança antes mesmo do ingresso na Instituição, principalmente pela família. As jovens destacam o medo de suas famílias em deixá-las sozinhas em outro ambiente – a escola e o internato - além de enfatizarem a fragilidade do sexo feminino. Dentre os problemas mais citados e que reivindicam mudanças, estão as poucas vagas oferecidas para o alojamento feminino,



e principalmente o tratamento diferenciado entre as moças e os rapazes. As jovens esclarecem que há maior liberdade para os jovens do que para elas, por exemplo:

- As jovens precisam retornar aos alojamentos a partir das 18:30h , enquanto os jovens não têm horário específico para o recolhimento e descanso noturno;
- Os papéis dos homens e mulheres nos alojamentos são diferenciados: as mulheres têm que manter tudo limpinho, os homens nem tanto;
- Os jovens podem estudar à noite nos pavilhões até a hora que quiserem, as jovens não;
- Existe uma grande preocupação com relação às meninas encontrarem (namorarem) com algum menino durante a noite. Consequentemente estão proibidas de circularem nesse período pelos pavilhões; os rapazes não sofrem o mesmo tipo de controle e não existe uma justificativa formal para o tratamento discriminatório;
- Nesta mesma direção, as jovens também não podem fazer nenhum telefonema depois das 19:30h pelo fato de existir apenas um telefone público na Instituição localizado na entrada da escola. Como não podem sair do alojamento depois do horário determinado, tampouco podem conversar com seus familiares no horário livre das atividades escolares;
- Nas aulas práticas os jovens gozam de maior atenção por parte dos instrutores e técnicos. Prevalece a ideia de que as mulheres são frágeis e não podem exercer certas atividades do ramo, como, por exemplo, conduzir uma "inseminação artificial" em um animal.

Na visão dos grupos femininos, essa diferenciação na sociedade e no mercado de trabalho é detalhada da seguinte forma:

- Existe pouco espaço no mercado de trabalho relacionado à agropecuária e quando aparece está relacionado a atividades de "escritório";
- Em outras situações as mulheres só são admitidas quando acompanhadas pelos esposos, sob o argumento de que faltam alojamentos femininos nas fazendas.

Os grupos de discussão aparecem como uma forma de desabafo para estas jovens. Apesar de terem destacado uma série de pontos positivos acerca da Instituição elas também citam aspectos que precisam ser mudados mesmo não perceberem por parte da administração iniciativas que apontem para essa direção.



Embora estejam há pouco tempo na Instituição, as jovens do grupo Liberdade (curso de Agroindústria) já perceberam a diferenciação entre os sexos, em que se evidenciam os papéis masculinos e femininos. Diferentemente das jovens do grupo Esperança (curso de Agropecuária), que citam moderadamente as diferenciações nas opções de lazer na escola, destacando com maior veemência outras situações de preconceitos, estas jovens dão uma ênfase maior a estes espaços, dentre eles: o centro de convivência, a quadra e os momentos noturnos. Talvez isso aconteça por este grupo estar apenas iniciando as suas experiências na escola, ou por fazer um curso com características diferentes do tradicional curso de Agropecuária, o que suscitaria outras relações, valores e avaliações. Mesmo assim, as discrepâncias entre o sexo masculino e feminino são bastante visíveis:

- O centro de convivência é percebido como um espaço exclusivamente masculino, como se jogar sinuca, pombolim ou até mesmo assistir televisão fossem atividades meramente masculinas, e as jovens que se atrevem a entrar naquele espaço se sentem hostilizadas;
- A quadra poliesportiva é outro espaço que dificilmente é frequentado pelas jovens com exceção dos momentos de aulas de Educação Física, pois elas têm que se recolher a partir das 19:30h, não podendo frequentar este espaço a partir de então;
- A exclusão das moças dos Jogos entre os Campi, uma vez que a prioridade é dada aos rapazes;
- Faltam opções de lazer para as meninas, pois o centro de convivência e a quadra são “masculinos”;
- Assim como as jovens do grupo Esperança, o namoro é citado como proibido para as meninas, entretanto, aos meninos nada é questionado a esse respeito. Os rapazes podem, as meninas não;
- Além dos horários diferenciados, já que as jovens têm que se recolher aos alojamentos a partir das 19:30h e os jovens não, as opiniões femininas não são valorizadas pela Instituição.

Além da visão que se tem em relação ao curso de Agropecuária outro tipo de discriminação é percebido por esse grupo e que deve ser ressaltado: Geísa se refere ao curso de Agropecuária com características masculinizadas, e elege o de Agroindústria como feminino, colocando isso como uma possível explicação por tê-lo escolhido. Reforça-se inclusive o que as jovens do grupo Esperança relataram, percebendo-se também a grande prioridade masculina que é dada a esta



modalidade de Ensino na Instituição. Outra forma de discriminação enfatizada é o tratamento dos (as) estudantes do curso de Agropecuária em relação ao de Agroindústria, uma vez que este possui mais mulheres na composição da turma e tem outros objetivos, o que acarreta uma série de comentários pejorativos:

- O tratamento como “calouros” é muito acirrado pelo 2º e 3º anos;
- A hostilidade é bastante evidenciada, inclusive denegrindo a imagem do curso, chamando-os de “viados” e “sapatões”;
- O curso é definido como “gayindústria”, principalmente por aqueles que deveriam ser colegas, pois são contemporâneos – as outras turmas do 1º ano de Agropecuária.

Os grupos masculinos percebem essas discriminações. Entretanto, não são consideradas tão significativas assim, uma vez que eles é que são os privilegiados nesta história toda. O grupo Vitória, por exemplo, deixa bem claro que ser homem na Instituição é gozar de maior liberdade e superioridade em relação às mulheres. Os jovens tentam explicar que, por ser uma “Agrotécnica” os homens teriam mais direito. Para tanto, chegam a citar diversos exemplos que ilustram as discriminações existentes: Os homens podem sair, dormir e acordar a hora que quiserem, enquanto que para as mulheres tudo é limitado, não podendo inclusive fazer uma “ligação” telefônica. Tentam mais uma vez explicar essa situação citando o baixo número de mulheres matriculadas na Instituição. Observamos a limitação nos horários, bem como a falta de liberdade que as jovens têm para a realização de algumas atividades, e que também são citadas por esse grupo masculino em questão. No entanto, eles não parecem estar muito preocupados, uma vez que os mais prestigiados são eles mesmos.

Mesmo assim, eles não conseguem visualizar uma escola sem mulheres e atribuem aos novos cursos que estão surgindo o aumento no número de matrículas femininas. Para os jovens do grupo Vitória, as discriminações já existem desde a infância, inclusive por influência da família, que educa os filhos para terem mais liberdade e as filhas para ficarem mais reservadas, e que essa educação continua na Instituição e é apoiada pelos pais. Fábio, entretanto, destaca que a escola não deveria reprimir e sim educar. Reconhece o medo que a escola tem se houvesse contato entre as meninas e os meninos. Este ponto é bastante enfatizado também pelos grupos femininos, uma vez que elas não têm a liberdade de circulação no âmbito da escola, enquanto que para os rapazes isto é totalmente liberado. Em suma, não de forma coesa, os jovens concordam que o homem é mais forte



e a mulher mais delicada e frágil. Embora tentem imprimir um discurso igualitário, acabam se contradizendo, concordando com a desigualdade. Além do mais, os jovens dizem não sofrer nenhum preconceito por serem homens, apesar de citarem algumas vezes em que são colocados como “utilitários” pelas mulheres, em que servem apenas para o trabalho pesado e são explorados por elas.

Os jovens do grupo União reconhecem também a supremacia masculina na Instituição, assim como os do grupo Vitória. No entanto, os primeiros têm uma sensibilidade maior em relação aos problemas e restrições sofridas pelas jovens, diferentemente dos últimos, que não se sensibilizam tanto. Em concordância com as jovens, este grupo cita as restrições aos horários delas, o namoro que parece ser proibido apenas para elas, e tentam explicar esta situação se referindo ao baixo número de moças matriculadas na Instituição. No entanto, também citam algumas situações em que as mulheres são privilegiadas na escola, tais como: a estrutura do internato, que oferece para as jovens fogão a gás e geladeira e onde tudo sempre fica “limpim”, enquanto que os homens não têm nada disso e permanecem numa sujeira constante. Apesar disso, eles percebem que a liberdade falta a elas e que isso é muito mais importante do que algumas regalias como geladeira e fogão a gás.

Para os jovens dos grupos masculinos o fato de existirem poucas mulheres na Instituição está relacionado ao preconceito de alguns em relação ao serviço no campo, embora concordem que elas estão adquirindo o seu espaço a cada dia, e que muitas mulheres gostam desse trabalho. O preconceito dos pais e das mães é visto por eles como um dos principais motivos para que as mulheres não procurem esta área de formação. Além disso, outros mitos, como algumas “brincadeiras”, um possível convívio com “malandros”, “maconheiros” ou “homossexuais” são disseminados entre as famílias, reforçando essa ideia.

Considerações finais

As relações de gênero entre os (as) jovens do curso de Agropecuária são destacadas como sendo bastante discriminatórias. Essas situações de preconceito não se resumem apenas aos alunos e alunas, mas perpassa também pelo (as) docentes, bem como por muitos componentes da administração escolar. Queremos evidenciar, todavia, que, na maioria das vezes, essa situação nem mesmo é percebida, por se apresentar muitas vezes como “natural” diante da comunidade escolar, principalmente a docente. A forma como as estudantes são tratadas em relação aos estudantes acabam por deixar uma grande marca de discriminação e revolta nessas jovens. Constatamos que



esses traços são bem mais marcantes nas jovens que já estão no seu último ano de estudos do curso de Agropecuária (Esperança), mas essas atitudes também são percebidas nas jovens do curso de Agroindústria (Liberdade), apesar de estarem no primeiro ano de sua formação.

Neste sentido, as políticas de expansão da Rede Profissional e Tecnológica devem ser priorizadas e evidenciadas, como uma forma de oportunizar maiores chances para os (as) jovens que não conseguem visualizar outra oportunidade de ascensão que não passe pela educação. Além disso, outras questões devem ser discutidas dentro do contexto escolar. As questões de gênero, por exemplo, muitas vezes não são abordadas em muitas das instituições públicas de ensino. No entanto, sabemos que essas questões já ganham grandes proporções em todos os campos, principalmente nas políticas públicas. Dessa forma, a supremacia e os privilégios masculinos dentro da Instituição exigem que algumas ações que abordem as questões de gênero - como cursos, seminários e palestras - devam ser implementadas no próprio contexto interno, não só para os discentes, mas para toda a comunidade escolar.

Bibliografia

- BOHNSACK, Ralf; WELLER, Wivian. O método documentário e sua utilização em grupos de discussão. *Educação em Foco*. Juiz de Fora, v.11, n. 2, p. 19-38, mar./ago. 2006.
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na Ciência Social brasileira*. São Paulo: Sumaré; ANPOCS Brasília: CAPES, 1999;
- MATOS, Carmen Lúcia Guimarães. Estudos etnográficos da educação: uma revisão de tendências no Brasil. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v.11, n. 1, p. 39-57, mar./ago. 2006.
- PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero*. IFCH/UNICAMP. No. 48 – novembro de 2002.
- SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v. 20 n. 2, jul./dez. 1995.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. (org.): *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 37-82.
- WELLER, W. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Sociologias*, v. 7, n. 13, p. 260-300, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n13/23564.pdf>. Acesso em: 20 jul. de 2008.
- _____. Gênero e juventude. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.13 n.1: 216, janeiro-abril/2005b. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a07v13n1.pdf>. Acesso em: 20 de jul. de 2008.



_____. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes jovens: aportes teórico-metodológicos e análise e uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a03v32n2.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2008.

YANNOULAS, Silvia C. Notas para a integração da perspectiva de gênero na educação profissional. In: VOGEL, Arno. (Org.). *Trabalhando com a Diversidade na Educação Profissional*. São Paulo: FLACSO/Brasil - Fundação Editora da UNESP, 2001, v. 1, p. 69-105